

Conflitos, Convergências e Crises

Carlos Gaspar

Assessor do Instituto de Defesa Nacional. Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Assessor do Conselho de Administração da Fundação Oriente. Docente Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro do European Council on Foreign Relations. Membro do European China Research and Academic Network. Membro do LSE Ideas Africa International Affairs Program.

Resumo

O conflito, a convergência e a crise caracterizam cada um dos três ciclos sucessivos nas relações entre os Estados Unidos e a China durante os últimos sessenta anos.

O primeiro ciclo foi dominado pelos conflitos entre a China como nova potência comunista, aliada da União Soviética, e os Estados Unidos, principal potência ocidental. O segundo ciclo definiu-se pela convergência, ao mesmo tempo tardia e inesperada, entre Washington e Pequim. O terceiro ciclo ficou marcado pelas crises recorrentes no pós-Guerra Fria.

Os Estados Unidos e a China representam culturas radicalmente diferentes, têm interesses estratégicos divergentes e estão separados por uma profunda heterogeneidade política. Porém, a indiferença nunca teve lugar nas suas relações mesmo quando a lógica da estratégia faria prever o contrário.

No princípio do novo século, a chave da evolução do sistema internacional passou a estar nas suas mãos e tanto Washington, como Pequim, reconhecem as relações bilaterais como a prioridade das respetivas políticas externas.

Abstract

Conflicts, Convergences and Crises

During the last sixty years, conflict, convergence and crisis characterized each of the three successive cycles of the Sino-American relationship.

The first cycle was dominated by the conflict between China, the new communist power, allied to the Soviet Union, and the United States, the major occidental power. The second cycle was defined by convergence, both late and unexpected, between Washington and Beijing. The third cycle was marked by recurrent crises in the post-Cold War.

The United States and China represent radically different cultures, have divergent strategic interests and are separated by a deep political heterogeneity. But indifference never molded the relationship, even when the logic of strategy could predict the opposite.

In these early years of the new century, the key to the evolution of the international system rest in their hands, and both recognize that the main priority of their foreign policies is the bilateral relationship.

Os Estados Unidos e a China – o herdeiro da civilização ocidental e a mais antiga das civilizações orientais, a principal potência marítima e a maior potência continental, a primeira das democracias e o último dos regimes comunistas - representam culturas radicalmente diferentes, têm interesses estratégicos divergentes e estão separados por uma profunda heterogeneidade política. Porém, a indiferença nunca teve lugar nas suas relações, mesmo quando a lógica da estratégia faria prever o contrário. No princípio do novo século, a chave da evolução do sistema internacional passou a estar nas suas mãos e tanto Washington, como Pequim, reconhecem as relações bilaterais entre os dois Estados como a prioridade das respectivas políticas externas.

Desde 1949, as relações sino-americanas foram condicionadas pela estrutura internacional, pelas políticas internas, pelas ideologias e pela questão de Taiwan. Os Estados Unidos sempre tiveram uma posição bem definida no sistema internacional, mas a República Popular da China nunca teve um lugar certo e foram os Estados Unidos que estabeleceram a sua posição como parte do triângulo estratégico da bipolaridade sino-soviética e, mais tarde, como o *challenger* potencial à preponderância norte-americana. No quadro da política interna, o Congresso norte-americano nunca admitiu deixar cair o regime nacionalista chinês na Formosa e a célebre cimeira entre Mao Zedong e Richard Nixon realizou-se depois da queda de Lin Biao. A divergência ideológica entre o último dos regimes comunistas e a principal potência democrática nunca deixou de ser um fator de tensão nas relações entre os dois Estados e, ironicamente, a ideologia marxista-leninista, partilhada por Pequim e Moscovo, foi decisiva para a rutura sino-soviética que tornou possível uma aliança informal entre a China e os Estados Unidos. A questão de Taiwan definiu a especificidade das relações sino-americanas e os Estados Unidos continuam a ser um obstáculo à reunificação da China, sem a qual a nova potência emergente nunca poderá ser um “parceiro responsável” na ordem internacional.

O conflito, a convergência e a crise caracterizam cada um dos três ciclos sucessivos nas relações entre os Estados Unidos e a China durante os últimos sessenta anos.

O primeiro ciclo foi dominado pelos conflitos entre a nova potência comunista, aliada da União Soviética, e a principal potência ocidental, que procurava conter a expansão dos seus adversários nas duas frentes da Guerra Fria. O Partido Comunista da China (PCC) prevaleceu na Guerra Civil contra o *Guomindang*, que sobreviveu na Formosa sob proteção norte-americana. A intervenção da República Popular da China na Guerra da Coreia contra as forças das Nações Unidas comandadas pelos norte-americanos, bem como a sua presença militar na Guerra do Vietname, tornaram Pequim no símbolo da linha revolucionária mais perigosa no

bloco sino-soviético, enquanto Moscovo anunciava que a “coexistência pacífica” entre as potências nucleares era inevitável.

O segundo ciclo definiu-se pela convergência, ao mesmo tempo tardia e inesperada, entre os Estados Unidos e a segunda grande potência comunista depois dos confrontos militares entre a União Soviética e a República Popular da China na Manchúria e no Xinjiang terem revelado a cisão sino-soviética em toda a sua extensão. A percepção de uma ameaça hegemônica soviética, acentuada pela invasão vietnamita do Camboja e pela intervenção do Exército soviético no Afeganistão, criou as condições para uma quase-aliança entre os Estados Unidos e a China, que durou até à normalização das relações sino-soviéticas.

O terceiro ciclo ficou marcado pelas crises recorrentes nas relações bilaterais sino-americanas, provocadas, inicialmente, pela repressão em Tiananmen e pelo isolamento do regime comunista chinês no fim da Guerra Fria e, mais tarde, pela ascensão da China, que se revelou como a principal potência na Ásia Oriental durante a crise financeira de 1998, e como um competidor potencial dos Estados Unidos, depois da crise financeira de 2008. Nos últimos anos, a percepção de uma transição de poder forçou uma revisão das prioridades da política externa dos Estados Unidos e tornou a integração da China na ordem multilateral uma questão decisiva para a estabilidade internacional.

A Cisão Sino-Americana

O Presidente Franklin Roosevelt foi o responsável pela institucionalização das Nações Unidas e pela presença da China no Conselho de Segurança como um dos “Quatro Polícias” que iam garantir a paz internacional. O Generalíssimo Chiang Kai-shek não tinha lugar nas cimeiras dos “Três Grandes”, ao lado do Generalíssimo Estaline e do Primeiro-Ministro Winston Churchill, mas o Presidente norte-americano encarregou-se de garantir o lugar da China, considerada como o principal aliado dos Estados Unidos na Ásia, entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

Essa visão de uma grande aliança sino-americana foi prejudicada pela derrota do Guomindang, sustentado pelos Estados Unidos na Guerra Civil contra o PCC, que teve um apoio decisivo da União Soviética na fase final do conflito. Em 1 de Outubro de 1949, Mao Zedong proclamou a fundação da República Popular da China em Pequim, enquanto Chiang Kai-shek transferia os restos do regime nacionalista de Cantão para Taipé.

A resposta norte-americana à *débâcle* do Guomindang indicou que os Estados Unidos não se consideravam vinculados à defesa da Formosa e que antecipavam um conflito entre a China e a União Soviética. Nesse sentido, em Janeiro de 1950, o Secretário de Estado Dean Acheson reiterou que o perímetro de segurança dos Estados Unidos no Pacífico era definido pelo arco marítimo que ligava as ilhas

Ryukyū ao Japão e às Filipinas e denunciou a ocupação soviética da Manchúria e de Xinjiang¹. Mas, tal como Roosevelt, Acheson teve razão antes do tempo: nesse momento, Mao estava em Moscou para institucionalizar a aliança entre as duas potências comunistas, em coerência com a sua decisão de que a China se devia “inclinara para um dos lados”², na divisão entre os “dois campos” da Guerra Fria. Os comunistas chineses aceitavam subordinar-se ao centro soviético, estavam prontos a entrar no *Kominform*³ e queriam evitar ser suspeitos de “Titismo”, ao ponto de devolverem as cartas de reconhecimento da Jugoslávia (Westad, 2012: 304).

Contra Mao, Estaline começou por defender que não era necessário substituir o Tratado entre a União Soviética e a China assinado em 1945, em que Chiang Kai-shek tinha reconhecido a independência da Mongólia e aceite a presença soviética em Port Arthur (Lushun) e Dairen. Mas, depois da intervenção do Secretário de Estado norte-americano, as negociações puderam ser rapidamente concluídas e o primeiro Tratado de aliança sino-soviético, que marcava a data para a União Soviética sair da Manchúria, foi assinado em 14 de Fevereiro⁴.

A nova aliança foi imediatamente posta à prova. Em abril, Estaline disse a Kim Il-sung, o dirigente comunista da Coreia do Norte, que deixara de se opor à sua proposta de invasão da Coreia do Sul, mas remeteu para Mao a responsabilidade da decisão final, uma vez que a União Soviética não podia intervir diretamente no conflito coreano⁵. O dilema de Mao era evidente: a sua prioridade continuava a ser a tomada de Taiwan, mas a unificação coreana podia comprometer a unificação chinesa. Com efeito, mesmo se os Estados Unidos tivessem de aceitar a unificação comunista da península coreana, nunca admitiriam ser derrotados sucessivamente na Coreia e em Taiwan. Mas, aparentemente, Mao não podia dizer não a Estaline sem revelar uma independência excessiva que punha em causa a aliança sino-soviética, crucial quer para a “construção do socialismo”, quer para a segu-

1 O discurso de 12 de Janeiro foi publicado no *Department of State Bulletin* em 23 de Janeiro de 1950 (Beloff, 1953: 71-72; Kissinger, 2011: 118-122)

2 Mao defendeu essa orientação num artigo por ocasião do vigésimo oitavo aniversário da fundação do PCC, publicado no jornal do *Kominform* (Beloff, 1953: 66-67).

3 Li Shaoqi tomou essa posição no seu encontro com Estaline, em Junho de 1949, que lhe explicou que tal não era necessário, dadas as diferenças entre a Europa de Leste e a Ásia Oriental, e que, possivelmente, a China seria chamada a criar uma União dos Partidos Comunistas da Oriental (Haslam: 2011: 116).

4 Sobre as negociações entre Estalin e Mao, ver ver Shen e Li (2011: 3-23); Pantsov e Levine (2012: 363-373); Westad (1997: 224-236); Goncharev, Lewis e Xue (1993). Ver também os testemunhos dos dois intérpretes em Shu (1989: 125-133) e Federenko (1989: 134-148) e ainda Christian Ostermann *et al* (1999: 477-479).

5 Sobre a posição soviética, ver Haslam (2011: 112-113); Pantsov e Levine (2012: 374-389); Kissinger (2011: 122-147); Mansourov (1996: 94-107); Weathersby (1995).

rança da China. Nesse quadro, apesar da oposição de uma parte dos seus generais, incluindo o Ministro da Defesa, Peng Dehuai (Zhang, 2006: 187-188), Mao acabou por decidir apoiar a estratégia de Kim, embora sem ilusões sobre os riscos de uma intervenção dos Estados Unidos⁶.

A determinação norte-americana ficou demonstrada no próprio dia da invasão norte-coreana. Em 25 de junho, o Conselho de Segurança da ONU condenou a Coreia do Norte e, dois dias depois, os Estados Unidos fizeram aprovar, ainda na ausência da União Soviética⁷, a resolução que autorizava a sua intervenção armada na Coreia. No dia seguinte, o Presidente Harry Truman enviou a Sétima Esquadra para o Estreito da Formosa com a missão de impedir uma ofensiva comunista contra Taiwan ou, no sentido oposto, uma intervenção nacionalista na China continental (Acheson, 1969: 406-408; Kissinger, 2011: 129-133; Finkelstein, 1993). Três meses depois, as forças norte-americanas, com a bandeira das Nações Unidas, avançavam a caminho da fronteira entre a Coreia e a China. Mao autorizou a intervenção do Exército Popular de Libertação e, em 25 de outubro, os “Voluntários” chineses atravessaram o rio Yalu para travar a ofensiva norte-americana em território coreano e restaurar a divisão da península na linha de demarcação internacional (Shen e Li, 2011: 50). Quando as hostilidades cessaram o novo mapa estratégico da Ásia Oriental ficou definido pela divisão entre a esfera soviética, que incluía a China continental, a Coreia do Norte e o Vietname do Norte, e a esfera norte-americana, com o Japão, de novo o principal aliado asiático dos Estados Unidos, Taiwan, a Coreia do Sul e o Vietname do Sul.

A rotura sino-americana era total. Os Estados Unidos recusaram-se a reconhecer a República Popular, a China comunista passou a ser o inimigo principal e a aliança com Taiwan consolidou-se no Congresso e na opinião pública norte-americana. Em 1954, na Conferência de Genebra, o Secretário de Estado John Foster Dulles recusou-se sequer a apertar a mão ao seu homólogo chinês, Zhou Enlai (Hoopes, 1973: 222). Depois da sua intervenção na Coreia, a República Popular ficou mais isolada internacionalmente e mais dependente do seu “irmão mais velho”, mas ganhou um estatuto próprio como a segunda grande potência comunista no bloco sino-soviético e garantiu um apoio maciço da União Soviética à sua modernização.

6 Sobre a decisão chinesa, ver Shen e Li (2011:24-50); Pantsov e Levine (2012: 374-389); Chen (1994); Whiting (1960).

7 Segundo Alexander Pantsov, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, queria que a União Soviética voltasse a ocupar o seu lugar no Conselho de Segurança, que deixara vago para protestar contra a permanência do regime nacionalista como representante da China, a tempo de vetar a resolução que sancionou o uso da força, votada no dia 27 de junho. Mas Estaline deu instruções expressas em contrário porque não queria impedir uma intervenção militar norte-americana, cujo efeito seria desgastar os Estados Unidos numa “guerra de agressão” (Pantsov e Levine, 2012: 374-376).

Em 1954, a China iniciou o bombardeamento de Jinmen (Quemoy) e Mazu (Matsu), as ilhas mais próximas do continente fortificadas pelas forças nacionalistas. Mao queria demonstrar que não desistira de Taiwan para pressionar os Estados Unidos a reconhecer a República Popular (Chen, 2001: 163-204; Suettinger, 2006: 252-267). Mas o Presidente Dwight Eisenhower resolveu confirmar o apoio a Taiwan, assinou um acordo bilateral de defesa com os seus aliados do Guomindang e ameaçou recorrer às armas nucleares se o regime comunista invadissem a Formosa. Nesse contexto, a primeira crise do Estreito da Formosa tornou mais rígida a divisão sino-americana e consolidou o lugar da questão de Taiwan no centro das relações bilaterais entre os Estados Unidos e a República Popular da China.

Paralelamente, os Estados Unidos tentaram, sem sucesso, criar uma versão asiática da Organização do Tratado do Atlântico Norte, com a formação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), cujos membros eram a França e o Reino Unido, que ainda tinham responsabilidades no Sudeste Asiático, bem como o Paquistão, a Tailândia, as Filipinas, a Austrália e a Nova Zelândia, unidos para isolar a China e fechar o cerco ao bloco sino-soviético⁸.

Quatro anos depois, a segunda crise do Estreito da Formosa foi, ao mesmo tempo, a continuação da anterior e o primeiro sinal das divergências sino-soviéticas. Os riscos de escalada acentuaram-se quando Dulles considerou Jinmen e Mazu essenciais para a defesa de Taiwan, que era uma responsabilidade dos Estados Unidos, e os navios de guerra norte-americanos passaram a escoltar os comboios de abastecimento para as duas pequenas ilhas.

Em Pequim, os responsáveis não tinham a menor intenção de provocar uma escalada entre a China os Estados Unidos mas nem por isso deixaram de admitir a possibilidade de uma retaliação norte-americana, incluindo a invasão terrestre e o recurso às armas nucleares. Nesse contexto, os dirigentes soviéticos declararam que qualquer ataque contra a China seria considerado como um ataque contra a União Soviética e a possibilidade de uma resposta nuclear soviética a uma invasão norte-americana do continente foi admitida nas conversações entre os dirigentes soviéticos e chineses (Chen, 2001: 189-190 e 202-204).

A segunda crise do Estreito foi uma das raras ocasiões em que se esboçou uma escalada nuclear entre as duas superpotências. Mas, embora os bombardeamentos de Jinmen e Mazu fossem uma forma de pressão sobre os Estados Unidos, também eram uma crítica à política soviética de “coexistência pacífica” e uma forma de prejudicar a convergência soviético-americana. Nas palavras de Mao, “as ilhas são duas batutas que servem para fazer dançar Khrushchev e Eisenhower” (Li, 1994: 270). As tensões

8 As tensões regionais entre a Coreia do Sul e o Japão, ou entre a Tailândia e o Vietname do Sul e a Birmânia, limitaram à partida a composição da SEATO (Barnett, 1960: 135-136).

bilaterais sino-soviéticas, acentuadas na cimeira entre Mao e Nikita Khrushchev duas semanas antes de a China iniciar os bombardeamentos, levaram Moscovo a querer demonstrar a sua posição como a principal potência do bloco e a manifestar uma solidariedade sem falhas com o aliado chinês. Porém, os Estados Unidos, vinculados à defesa de Taiwan, não estavam em condições de interpretar o significado político dos bombardeamentos e Mao não conseguiu nem prejudicar o *rapprochement* entre as duas superpotências, nem separar os Estados Unidos de Taiwan. A China continuava isolada e só existia como uma potência dentro do “campo socialista”.

Mao criticou Khrushchev publicamente pela primeira vez em novembro de 1957, na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas, em Moscovo, quando defendeu a tese leninista sobre a guerra e a revolução⁹ contra a doutrina da “coexistência pacífica”. Para Mao, o imperialismo norte-americano era um “tigre de papel” e não havia razão para temer a guerra com os Estados Unidos, mesmo uma guerra nuclear, cujo resultado, para os revolucionários leninistas, só podia ser a vitória final do “campo socialista”: “Na pior hipótese, se metade da humanidade tivesse de morrer, a outra metade sobreviveria. O imperialismo seria destruído e o mundo inteiro passaria a ser socialista” (Westad, 2012: 330)¹⁰. A divisão ideológica entre os dois partidos comunistas foi prolongada por uma cisão estratégica em junho de 1959 com a decisão soviética de não entregar a Pequim o protótipo de uma arma nuclear para impedir que a China se tornasse a segunda potência nuclear comunista, a par das propostas de Khrushchev para criar forças navais conjuntas no Pacífico, rejeitadas por Mao como uma afronta à soberania chinesa (Haslam, 2011: 19; Pantsov e Levine, 2012: 458-460; Luthi, 2008: 137-138). Paralelamente, Mao decidiu lançar o “Grande Salto em Frente” para demonstrar a especificidade do socialismo chinês e neutralizar os seus rivais internos como defensores do modelo soviético, imposto pelos dirigentes comunistas na década da aliança sino-soviética. A rutura com a União Soviética foi total (Zagoria, 1962; Lowenthal, 1964; Fejto, 1972; Joyaux, 1988, Westad, 1998; Chen, 2001; Luthi, 2008; Radchenko, 2010: 349-371). Na dimensão ideológica, a expressão pública das divergências entre os dois partidos provocou uma divisão irreversível que desfez o movimento comunista internacional. Na fórmula de Zhou Enlai, “a verdade do Marxismo-Leninismo e o centro da revolução mundial passaram de Moscovo para Pequim” (Westad, 2012:

9 Essa tese, recorrente no maoísmo, foi resumida por Mao numa fórmula incisiva – “ou a guerra precipita a revolução ou a revolução impede a guerra” – que o próprio inseriu no relatório de Lin Piao ao IX Congresso do PCC em abril de 1969 (Chen e Wilson, 1999: 162).

10 Na altura, Palmiro Togliatti perguntou a Mao quantos italianos sobreviveriam à guerra nuclear, que lhe respondeu: “Nenhum. Mas por que razão pensa que os italianos são importantes para a humanidade?” (Pantsov e Levine, 2012: 447-448). Sobre a posição da China acerca das armas nucleares, ver Hsieh (1962).

341). O Primeiro Ministro chinês defendeu essa posição na Conferência de Lushan, em 1962, onde Mao demonstrou que a tragédia da fome provocada pelas suas experiências revolucionárias não impedia nem a rutura com a União Soviética – acelerada pela decisão de Khrushchev retirar os milhares de técnicos soviéticos que estavam na China – nem a continuação da depuração interna do Partido Comunista. A simbiose entre os dois processos foi sublinhada, quatro anos depois, com a perseguição e a morte na prisão de Liu Shaoqi, denunciado como o “Khrushchev chinês” no início da “Grande Revolução Cultural Proletária”, que destruiu o velho Partido Comunista e consolidou a domínio pessoal de Mao em nome da necessidade de impedir a repetição na China da degenerescência do socialismo soviético. Na dimensão política, a coincidência entre a guerra sino-indiana e a crise dos mísseis de Cuba, em outubro de 1962, revelou a inexistência da aliança sino-soviética (Maxwell, 1970; Garver, 2001; Fursenko e Naftali, 2006: 497; Luthi, 2008: 224-228), confirmada quando a China denunciou a estratégia de Khrushchev na crise dos mísseis como uma aventura e uma capitulação perante os Estados Unidos¹¹. Na dimensão estratégica, a União Soviética não conseguiu impedir a China de realizar, em 1964, o seu primeiro teste atômico com sucesso, enquanto Mao admitia, pela primeira vez, uma guerra em duas frentes: “Não podemos estar atentos apenas a Leste (aos Estados Unidos) e não ao Norte (a União Soviética), não podemos estar atentos apenas ao imperialismo e não ao revisionismo, temos de nos preparar para uma guerra dos dois lados” (Westad, 2012: 345).

Durante dez anos, os Estados Unidos não souberam responder à rotura sino-soviética. Tudo indicava que a China comunista era um *pária* internacional cada vez mais perigoso, e tanto o Presidente John Kennedy, como o Presidente Lyndon Johnson admitiram a possibilidade de autorizar uma ação militar preventiva para destruir as capacidades nucleares da República Popular da China, ironicamente concentradas no Xinjiang, perto da fronteira com a União Soviética e à maior distância possível de Taiwan (Friedberg, 2011: 69-70; Burr e Richelson, 2001: 54-99). O número crescente de tropas norte-americanas no Vietname do Sul e o apoio militante de Pequim ao Vietname do Norte, incluindo a presença de militares chineses, acentuavam a oposição, aparentemente insuperável, entre os Estados Unidos e a China.

A China ficou completamente isolada. A guerra sino-indiana e, a seguir, o golpe militar que aniquilou o Partido Comunista da Indonésia, separaram-na dos seus dois principais parceiros asiáticos no “Movimento dos não-alinhados”. A maior parte dos países comunistas seguiram a União Soviética e, com exceção da Coreia do Norte, do

11 O *Renmin Ribao* publicou um editorial em que comparava Khrushchev a Neville Chamberlain: “A tentativa de usar o esquema de Munique contra o povo cubano, que se manteve firme, está votada ao fracasso completo” (Fursenko e Naftali, 2006: 496).

Vietname do Norte, da Albânia e da Roménia, todos se afastaram da China. O isolamento extremo, a cisão sino-soviética e o terror interno acentuaram o estatuto da China comunista como uma potência revisionista à margem da ordem internacional. Entre 1966 e 1969, a “luta de classes” passou a ser o princípio da política externa chinesa, expresso pela linha “anti-imperialista” e “antirrevisionista”, que definia uma oposição simétrica ao “imperialismo” norte-americano e ao “social-imperialismo” soviético. A “resistência contra as duas hegemonias” (Yan, 2012) fechou o primeiro ciclo das relações entre os Estados Unidos e a República Popular da China, que se tinha iniciado com a aliança sino-soviética.

A lógica internacionalista do “bloco sino-soviético” desapareceu perante as divisões ideológicas entre os dois partidos comunistas e a ressurgência da lógica dos interesses nacionais da União Soviética e da China. A análise norte-americana que sublinhava a independência do PCC e a sua oposição ao imperialismo soviético antecipou a cisão entre as duas potências comunistas sem prever a passividade dos Estados Unidos perante essa mudança decisiva na conjuntura estratégica internacional.

A Aliança Impossível

A cimeira entre o Mao e Nixon em Pequim foi uma revolução diplomática¹². Os Estados Unidos e a República Popular da China deixaram subitamente de ser os piores inimigos e a sua convergência abriu caminho para uma aliança informal contra a União Soviética.

Esse encontro extraordinário, que se concretizou em fevereiro de 1972, tinha-se tornado possível três anos antes, com a coincidência entre a escalada do conflito sino-soviético e a eleição de Nixon como Presidente dos Estados Unidos. Quando a China, imersa no caos da “Revolução Cultural”, passou a ter uma capacidade estratégica nuclear em relação à União Soviética (Wilson e Xue, 1988), Mao mandou o Exército Popular de Libertação ocupar a ilha de Zhenbao (Damansky), um ilhéu no meio do rio Ussuri disputado pelos dois países. Em março de 1969, a intervenção dos militares chineses foi repelida pelos guardas fronteiriços soviéticos, no primeiro de uma série de incidentes de fronteira na Manchúria e em Xinjiang que, nos meses seguintes, causaram centenas de mortos e marcaram a escalada do conflito entre as duas potências comunistas (Yan, 2000: 21-52)¹³.

12 O apontamento de conversa norte-americano está publicado. Ver Memcom de Nixon e Mao, 21 February 1972 em Burr (1999: 61). A cimeira foi descrita por Kissinger nas suas memórias (1979) e no seu último livro sobre a China (Kissinger, 2011: 255-262). Ver também Nixon (1978) e Chen (2001:238-276).

13 Ver também a colecção de documentos chineses traduzida e publicada por Chen e Wilson (1999: 155-175); Wich (1980: 265-313); Robinson (1981: 121-383).

No Verão, a União Soviética sondou os Estados Unidos sobre a possibilidade de uma ação preventiva para neutralizar o arsenal nuclear chinês (Kissinger, 1979: 183-185 e 2011: 215-220)¹⁴. Os dirigentes soviéticos consideravam a China maoísta como um inimigo mortal, cujo principal dirigente não reconhecia as regras da dissuasão e dizia não ter medo de uma escalada nuclear, em coerência com a sua confiança revolucionária. Leonid Brejnev e Alexei Kosygin tomavam à letra as posições de Mao sobre a guerra nuclear e temiam uma invasão chinesa do extremo oriente soviético (Shevchenko, 1985: 162-168).

As autoridades norte-americanas levaram a sério a mensagem soviética e, embora os Estados Unidos tivessem admitido fazer exatamente o mesmo que em anos anteriores, a sua resposta foi claramente negativa¹⁵. Pela primeira vez, um Presidente norte-americano considerou que a destruição de uma grande potência comunista era contrária aos interesses nacionais dos Estados Unidos e Nixon fez saber às duas partes interessadas que se opunha a qualquer ação preventiva da União Soviética contra a China (Kissinger, 2011: 218).

Nixon foi o primeiro Presidente dos Estados Unidos a reconhecer a cisão sino-soviética como uma oportunidade para normalizar as relações com a China e redefinir a balança do poder internacional¹⁶. A ameaça soviética de escalada nuclear era um momento único em que os Estados Unidos podiam intervir como árbitros na segunda Guerra Fria que opunha a União Soviética e a República Popular da China. A rutura entre os “irmãos inimigos” comunistas criava as condições tanto para uma *détente* no sistema internacional, como para restaurar os equilíbrios na Ásia Oriental e negociar a retirada das tropas norte-americanas do Vietname (Garthoff, 1985: 199-247; Garver, 1982).

Pela sua parte, Mao parecia convencido de que os soviéticos iam atacar a China (Lewis e Xue, 2006: 59-65) e estava preparado para se aproximar dos Estados Unidos. Os “Quatro Marechais” – Chen Yi, Ye Jianying, Xu Xiangqin e Nie Rongzhen – foram consultados e entendiam que “[os] revisionistas soviéticos fizeram da China o seu inimigo principal e representam uma ameaça maior do que os imperialistas norte-americanos [...] Tanto a China, como os Estados Unidos tomam a União Soviética como o seu inimigo principal e os soviéticos não se atrevem a travar uma

14 H. R. Haldeman (1978) escreveu que os soviéticos propunham uma acção preventiva conjunta sovieto-americana. Ver também Garthoff (1985: 200-213) e Bell (1977: 15-16).

15 Allen Whiting escreveu um *paper* para Kissinger sobre as sondagens soviéticas em que as tomava inteiramente a sério e aconselhava o Presidente a opôr-se ao ataque preventivo (Whiting, 1969; Burr, 2001).

16 Nixon escrevera um artigo em que abria a porta ao reconhecimento da República Popular, que foi lido pelos dirigentes chineses. A posição do candidato Republicano tinha apoios do lado do Democrata, designadamente do Senador Henry Jackson (Nixon, 1967: 122-123; Kaufman, 2000: 283-286).

guerra em duas frentes” (Westad, 2012: 362)¹⁷. Chen Yi, que formalmente continuava a ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros, considerava “necessário usar a contradição entre os Estados Unidos e a União Soviética num sentido estratégico e fazer uma mudança nas relações sino-americanas” e escreveu ao Primeiro-Ministro Zhou Enlai para insistir em que a China devia “tomar a iniciativa de propor a realização de conversações sino-americanas ao nível ministerial ou a um nível superior para resolver os problemas” das relações bilaterais (Chen, 2001: 249; Chen e Wilson, 1999: 170-171). No mesmo sentido, Mao explicava ao seu médico que “os nossos antepassados aconselhavam a negociar com países distantes e a lutar contra os que estão mais próximos” (Li, 1994: 514).

Nos meses seguintes, as duas partes procuraram, sem sucesso, encontrar o tempo e o modo da convergência. Finalmente, numa jogada de alto risco, Nixon tomou a iniciativa de enviar uma mensagem confidencial a Zhou Enlai em que se declarava pronto a ir a Pequim se fosse possível organizar previamente uma viagem secreta do seu Conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, para definir o modelo adequado para a visita. O Primeiro-Ministro chinês respondeu positivamente e recebeu Kissinger para negociar os termos da cimeira presidencial, em cujo comunicado final os Estados Unidos viriam a reconhecer o princípio da unidade da China – “todos os Chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan consideram que só há uma China e que Taiwan faz parte da China” – e a aceitar como objetivo retirar as suas forças militares na perspetiva de uma resolução pacífica da questão de Taiwan (Kissinger, 2011: 203-273).

Nesse quadro, em 1971, a República Popular da China ocupou o seu lugar no Conselho de Segurança e iniciou o processo formal de normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos e com os seus aliados europeus e asiáticos, incluindo o Japão. A China deixou de estar isolada e desistiu de ser uma potência revisionista, enquanto Washington passou a ter melhores relações com Moscovo e com Pequim do que os antigos aliados comunistas entre si. A divisão bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética passou a assentar no novo “triângulo estratégico”, em que a China, embora não fosse uma das duas superpotências se tornou parte integrante do equilíbrio central do sistema internacional (Garthoff, 1985, 146-176; Segal, 1982; Tatu, 1972). A normalização das relações sino-americanas era a chave da estratégia de retraimento internacional dos Estados Unidos e um instrumento crucial para enquadrar a retirada norte-americana do Vietnam, uma prioridade absoluta na estratégia para a reeleição de Nixon.

A decisão de Mao era indispensável para preparar a inversão das alianças da China, mas a instabilidade interna tornou a mudança mais difícil. Mao e o Grupo

¹⁷ Excertos dos relatórios dos Marechais estão publicados em Chen e Wilson (1999: 166-171).

Central da Revolução Cultural suspeitavam de Zhou Enlai, acusado de fazer demasiadas concessões nas negociações com Kissinger, e a visita do Presidente dos Estados Unidos foi antecedida pela queda de Lin Piao, o sucessor designado de Mao e que subscreevera o convite inicial a Nixon¹⁸.

A cimeira presidencial sino-americana de fevereiro de 1972 marcou uma viragem na política internacional, mas foi sobretudo o início de um processo. Dois anos depois, em 1974, Deng Xiaoping, perseguido durante a “Revolução Cultural”, apresentou nas Nações Unidas a nova doutrina de Mao sobre os “Três Mundos”, em que a “luta de classes” internacional era substituída por uma visão mais complexa, onde as duas superpotências (o “Primeiro Mundo”) tinham um lugar separado dos outros “países desenvolvidos” (a Europa e o Japão formavam o “Segundo Mundo”) e dos “países em vias de desenvolvimento” (o “Terceiro Mundo”, do qual a China fazia parte). A revisão da teoria estratégica, que acompanhava o programa das “Quatro Modernizações”, era mais um passo para ultrapassar os delírios ideológicos da “Revolução Cultural”. Porém, a turbulência interna na China, com o afastamento sucessivo de Zhou Enlai e Deng Xiaoping nas vésperas da morte de Mao, adiou o processo de normalização das relações bilaterais sino-americanas, que só se completou cinco anos mais tarde, depois de resolvida a crise de sucessão de Mao, quando Deng Xiaoping regressou ao poder pela terceira vez.

Em dezembro de 1978, as decisões do Comité Central do PCC recuperaram o programa das “Quatro Modernizações” e deram início às políticas de reforma interna e de abertura externa, que tornaram possível a modernização e a liberalização da economia e da sociedade chinesa. A necessidade de assegurar as condições de estabilidade estratégica indispensáveis para realizar esse programa, bem como a perceção de uma “ameaça hegemónica” da União Soviética perante uma crescente passividade dos Estados Unidos e dos seus aliados, justificavam consolidar a convergência sino-americana como uma aliança informal.

O propósito essencial da visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos, em janeiro de 1979, que se realizou imediatamente a seguir à normalização completa das relações diplomáticas bilaterais¹⁹, era formar uma “frente única” sino-americana contra o “inimigo comum” soviético (Vogel, 2011: 333-348; Brzezinski, 1983: 403-408). No primeiro encontro com o Presidente Jimmy Carter, Deng Xiaoping afirmou que a União Soviética não tinha desistido de iniciar uma guerra, embora a China considerasse possível adiar esse conflito: “[Não] propomos estabelecer uma aliança formal, mas

18 Há diferentes interpretações sobre a interação entre a crise interna chinesa e a preparação da cimeira presidencial sino-americana. Ver Chen (2001 : 269-271), Gao (2007: 237-247) e Kissinger, (2011: 234).

19 O Comunicado conjunto sino-americano foi publicado em 15 de Dezembro de 1978 (Vogel, 2011: 323-333).

cada um de nós devia agir na base desta posição e coordenar as nossas atividades e tomar as medidas necessárias” (Brzezinski, 1983: 406; Kissinger, 2011: 362). Deng Xiaoping era a favor de uma aliança *de facto* e, no final da visita a Washington, pediu um encontro a sós com Carter para o informar, antecipadamente, da sua decisão de “dar uma lição” ao Vietname (Brzezinski, 1983: 410), o aliado da União Soviética que invadira o Camboja e se tornara, na frase de Deng Xiaoping, a “Cuba do Oriente”. Esse gesto de confiança, próprio de uma relação entre aliados, marcou o período mais forte de convergência entre os Estados Unidos e a China, que quiseram ambos manter secreta a nova coligação.

Nos meses seguintes, com a primeira visita oficial do Secretário da Defesa norte-americano, Harold Brown, os Estados Unidos e a China oficializaram a dimensão de segurança da sua relação bilateral, incluindo a partilha de informações estratégicas e o acesso chinês a domínios tecnológicos avançados indispensáveis para modernizar as suas capacidades militares. Carter e, sobretudo, o seu Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, queriam “uma China forte e segura”, e essa orientação foi reforçada depois da invasão soviética do Afeganistão, em dezembro de 1979 (Brzezinski, 1983: 551-555).

Todavia, a questão de Taiwan impunha limites que tornavam impossível uma aliança estável e duradoura (Harding, 1992: 75-9; Solomon, 1981: 1-46). Em 1979, na sequência do estabelecimento de relações diplomáticas oficiais, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o *Taiwan Relations Act*, que confirmou a responsabilidade norte-americana na defesa de Taiwan. Deng Xiaoping respondeu, em setembro de 1981, com um Plano em nove pontos em que substituiu a velha estratégia de “libertação” militar de Taiwan, por uma nova política de “reunificação pacífica” (mais tarde codificada sob a fórmula “um país, dois sistemas”), para dar uma maior substância aos compromissos assumidos pela China no Comunicado de Xangai (Ye, 1981)²⁰.

Pela sua parte, o Secretário de Estado Alexander Haig quis institucionalizar a relação bilateral como uma “associação estratégica” (Haig, 1984: 194-217) e anunciou o reforço das relações militares sino-americanas. Mas o Presidente Ronald Reagan neutralizou a iniciativa do seu Secretário de Estado quando fez uma conferência de imprensa em que reafirmava os termos do *Taiwan Relations Act* (Lilley, 2004: 228-230). A história repetiu-se no ano seguinte, depois da assinatura do terceiro Comunicado sino-americano, em que os Estados Unidos aceitavam reduzir a “qualidade e a quantidade” das armas que podiam vender a Taiwan, e Reagan fez circular uma diretiva interpretativa desse acordo em que reiterava a sua decisão de

20 “Declaração em Nove Pontos” do Marechal Ye Jianying publicada no *Renmin Ribao*, 30 de setembro de 1981. Ver também Deng Xiaoping (1993: 30-31).

garantir ao regime nacionalista todos os meios necessários para garantir a defesa de Taiwan (Lilley, 2004: 248).

Paralelamente, em 1982, o XII Congresso do Partido Comunista da China aprovou uma resolução em que defendia o princípio da “não-aliança”. No seu relatório, o Secretário-Geral Hu Yaobang afirmou que “a China nunca se liga a nenhuma grande potência ou grupo de potências e nunca cede às pressões de nenhuma grande potência.” (Hu, 1982). As tensões recorrentes na relação bilateral sobre a questão de Taiwan, bem como a percepção de uma mudança tendencial na balança de poder internacional, com a maior firmeza norte-americana perante a União Soviética, justificava uma posição mais independente da política externa chinesa e uma maior distância perante os Estados Unidos (Harding, 1984: 177-224).

Não obstante, a “frente única” sino-americana persistiu e foi essencial para o isolamento da União Soviética, que forçou a sua mudança interna, quando, em Março de 1985, Mikhail Gorbachev foi nomeado Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética. Gorbachev decidiu seguir políticas paralelas de *détente* com os Estados Unidos e com a China. Desde logo, os Acordos sobre as Forças Nucleares de Alcance Intermédio (INF), assinados pelo novo Secretário-Geral e pelo Presidente Reagan, levaram à retirada dos mísseis SS-20 tanto na frente europeia, como na frente oriental, enquanto se iniciava a retirada soviética do Afeganistão. Por outro lado, as divergências ideológicas sino-soviéticas tinham deixado de fazer sentido para qualquer dos lados, com a China a desistir de querer ser um centro ideológico rival ou de projetar externamente o seu modelo político. Por último, os soviéticos declararam-se preparados para retomar as negociações para a definição da fronteira entre a União Soviética e a China, interrompidas desde a invasão do Afeganistão e que recomeçaram em fevereiro de 1987.

Do lado chinês, a frente “anti hegemónica” foi gradualmente substituída por uma linha de “equidistância” em relação aos Estados Unidos e à União Soviética. Mas Deng Xiaoping continuou a dizer aos responsáveis norte-americanos que a normalização sino-soviética não mudava nada nas relações com os Estados Unidos²¹. O recuo estratégico de Gorbachev punha em causa os motivos que tinham legitimado a aliança com os Estados Unidos no período em que, bem ou mal, prevaleceu a

21 Quando recebeu o Presidente George H.W. Bush na sua “visita de trabalho” a Pequim, em fevereiro de 1989, Deng Xiaoping fez uma longa exposição sobre as relações entre a China e a Rússia e concluiu que a “China, tal como os Estados Unidos, estava a melhorar as suas relações com a União Soviética”, embora, em ambos os casos, subsistissem muitos problemas bilaterais. Bush foi o primeiro Presidente norte-americano a visitar a Ásia antes da Europa e quis ir a Pequim antes de Gorbachev. Ver Vogel (2011: 613), Bush e Scowcroft (1998: 91-98).

perceção de uma tentativa hegemónica da União Soviética²². Todavia, os dirigentes chineses eram críticos da estratégia reformista de Gorbachev e duvidavam da sua capacidade de mudar a União Soviética.

Do lado norte-americano, Reagan apoiou Gorbachev a fundo para eliminar as armas nucleares de alcance intermédio e acelerar a saída do Afeganistão e de Angola. Porém, o seu sucessor, George H. W. Bush – o primeiro Presidente norte-americano com uma experiência relevante das relações com a China, depois de ter dirigido o *Liaison Office* dos Estados Unidos em Pequim (Engel, 2008) – tinha, tal como Deng Xiaoping, reservas sérias acerca da estratégia de Gorbachev²³. Nesse quadro, a sua primeira prioridade consistia em manter intactas as alianças dos Estados Unidos na Europa e na Ásia, incluindo a China.

Em maio de 1989, a cimeira entre Deng e Gorbachev em Pequim marcou a normalização das relações entre a China e a União Soviética – um “momento histórico”, segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen (2005: 1-31) – incluindo a assinatura dos acordos de delimitação das fronteiras entre os dois Estados. O tema da cimeira, segundo as instruções de Deng Xiaoping, devia ser “fechar o passado e abrir um futuro novo”. Nesse sentido, o dirigente chinês reconheceu que as querelas ideológicas tinham sido “palavras vãs”: “Hoje não pensamos que as nossas posições da altura eram sempre corretas” (Qian, 2005: 28-31; Vogel, 2011: 609-615). Paralelamente, a retirada dos SS-20 e a saída do Afeganistão tinham removido dois dos “três obstáculos” que prejudicavam as relações entre os dois Estados. Nas vésperas do “incidente de Tiananmen”, a normalização sino-soviética parecia poder vir a pôr em causa a “frente comum” sino-americana.

No próprio dia da chegada de Gorbachev, as autoridades tentaram evacuar Tiananmen. Os manifestantes, que ocupavam completamente a grande praça do regime comunista em frente da Cidade Proibida, não saíram e começaram uma greve da fome, certos de que não haveria repressão durante a visita do Chefe de Estado Soviético. Porém, no dia 19 de maio, o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética partiu de Pequim para Xangai e o seu homólogo chinês, Zhao Ziyang, que se opunha ao uso da força contra os manifestantes, demitiu-se, depois

22 Para Odd Arne Westad (2012: 377), a China, ao aliar-se com os Estados Unidos, contribuiu para ferir de morte a mais fraca das duas super-potências e ajudou a mais forte a alcançar a hegemonia global. Mas a China respondeu a uma ameaça direta contra a sua segurança nacional, expressa por uma concentração impressionante de forças militares soviéticas na frente oriental, quando a vitória ocidental na Guerra Fria não estava adquirida.

23 As afinidades sino-americanas não incluíam, naturalmente, a “democratização”, que os dirigentes chineses criticavam como a prioridade na estratégia reformista de Gorbachev (Bush e Scowcroft, 1998: 92).

de ter sido posto em minoria na Comissão Permanente do *Bureau* Político do PCC. Deng Xiaoping e os “Imortais” não estavam preparados para a “evolução pacífica” do regime comunista chinês²⁴.

O Dilema das Crises

O terceiro ciclo das relações entre a China e os Estados Unidos, marcado por uma instabilidade recorrente, começou com a repressão brutal das manifestações de Tiananmen, que demonstrou a importância crescente da dimensão ideológica nas relações bilaterais sino-americanas.

No dia 4 de junho de 1989, quando os Polacos se preparavam para votar nas primeiras eleições parcialmente livres desde o princípio da Guerra Fria, os dirigentes comunistas chineses responderam aos manifestantes, que tinham erguido uma Deusa da Democracia – uma versão chinesa da Estátua da Liberdade – em frente do retrato de Mao na porta do Palácio Imperial, com uma intervenção brutal do Exército Popular de Libertação, que desfez as ilusões dos que imaginavam possível uma liberalização política do regime comunista²⁵.

Os Estados Unidos, tal como os seus aliados, responderam à repressão comunista de Tiananmen com tanto maior firmeza na medida em que precisavam de demonstrar a sua coerência com os valores liberais para não prejudicar o sentido das mudanças democráticas na União Soviética e na Europa Central e Oriental. Nesse contexto, impuseram sanções e interromperam os contactos diplomáticos de alto nível com a República Popular da China.

O Presidente Bush queria a todo o custo evitar uma rutura nas relações bilaterais e impedir o isolamento da China, que podia provocar uma inversão da estratégia de reformas. Depois de ter tentado, sem sucesso, falar ao telefone com Deng Xiaoping²⁶, Bush enviou secretamente a Pequim o seu Conselheiro de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, para explicar aos dirigentes chineses que a imposição de sanções tinha sido inevitável por razões internas e que precisava de um sinal positivo

24 O termo “evolução pacífica” foi usado por Mao, em 1959, para descrever a estratégia defendida por John Foster Dulles, que acusava de querer impor à China comunista o modelo político norte-americano: “Os Estados Unidos querem manter a sua ordem e mudar o nosso sistema. Querem corromper-nos através da evolução pacífica”. Posteriormente, os analistas chineses recorreram ao mesmo conceito para denunciar as estratégias ocidentais que manipulavam as reformas internas na União Soviética para minar os regimes comunistas. Sobre a posição do Secretário de Estado acerca da mudança de regime na China comunista e o conceito de “evolução pacífica”, ver Dulles (1957); Westad (2012: 325); Harding (1992: 431).

25 Os dirigentes do PCC mobilizaram 150 mil soldados do Exército Popular de Libertação para intervir em Tiananmen (Vogel, 2011: 621-634).

26 Bush foi informado pelos próprios de que esse tipo de comunicações directas não fazia parte dos hábitos dos dirigentes chineses (Harding, 1992: 227).

para as poder levantar (Bush e Scowcroft, 1998: 98-111; Harding, 1992: 224-230). Deng Xiaoping garantiu a continuidade das reformas, mas precisava de manter uma linha de firmeza, indispensável para evitar a divisão do Partido Comunista, sobretudo quando os riscos de contágio aumentavam, com a deposição sucessiva dos regimes comunistas na Europa de Leste²⁷. O Primeiro Ministro Li Peng reiterou essa posição ao General Scowcroft, que regressou a Pequim em dezembro para dar conta aos dirigentes chineses da primeira cimeira bilateral entre Bush e Gorbachev, em Malta, depois da queda do Muro de Berlim. Nessa ocasião, Li Peng repetiu que “mesmo com todas as mudanças, a ameaça [soviética] continua a existir” (Bush e Scowcroft, 1998: 175).

Dois anos depois, o fim da Guerra Fria consolidou a mudança nas relações entre a China e os Estados Unidos. Desde logo, a dissolução da União Soviética anulou a ameaça que justificava a convergência sino-americana e a neutralização do “urso polar” garantiu tanto aos Estados Unidos, como à China, condições de segurança estratégica sem precedentes. Por outro lado, depois da “vaga de democratização” ter destruído o comunismo como movimento internacional, a China passou a ser a última potência comunista perante os Estados Unidos. Nessa conjuntura, nenhum Presidente norte-americano podia ignorar as questões de direitos humanos, incluindo o Tibete, nas suas relações com a China, cujos dirigentes continuavam convencidos de que os Estados Unidos queriam mudar o regime comunista²⁸. Por último, a mudança da estrutura do poder internacional alterou os cálculos estratégicos dos Estados Unidos e da China. O primeiro exercício de revisão da doutrina estratégica norte-americana indicava que a garantia do *status quo* do pós-Guerra Fria dependia da capacidade dos Estados Unidos em impedir a ressurgência de uma potência continental – a China ou a Rússia - que pudesse voltar a pôr em causa a preponderância dos Estados Unidos (Goldgeier e Chollet, 2008: 41-47). Paralelamente, os responsáveis chineses, depois de um breve intervalo em que partilharam a ilusão de uma transição multipolar, aceitaram a unipolaridade – “uma superpotência, muitas grandes potências” – como uma realidade e reconheceram os Estados Unidos como a “potência hegemónica”, que não aceitava a legitimidade política do regime comunista e estava determinada a conter a ressurgência da China como uma grande potência internacional, bem como a impedir a sua reunificação com Taiwan, por razões estratégicas (Pillsbury, 2000).

Durante a primeira década do pós-Guerra Fria, os Estados Unidos e a China criaram um quadro de ambiguidade estratégica que limitou as consequências da insta-

27 A continuidade da linha reformista foi confirmada em janeiro de 1992, logo a seguir ao fim da União Soviética, quando Deng Xiaoping fez a sua célebre e última missão de inspeção ao Sul da China (Vogel, 2011: 664-690; Sarotte, 2012: 156-182).

28 Sobre a continuidade dessa percepção, ver Nathan e Giley (2003).

bilidade nas suas relações bilaterais (Lampton, 2001; Ye, 2011: 263-292). Os Estados Unidos defendiam a integração da China na ordem multilateral, mas queriam evitar a consolidação do seu estatuto como a principal potência asiática, enquanto a China precisava de evitar os riscos de marginalização sem deixar de impor o reconhecimento do seu lugar no concerto internacional. A combinação entre uma relação de competição, sobretudo nos domínios da segurança regional, e uma relação de cooperação, mais concentrada na dimensão económica e financeira, impediu quer a concertação, quer a rotura, nas relações entre os Estados Unidos e a China, postas à prova em crises sucessivas.

Na Ásia, os conflitos da Guerra Fria não desapareceram com o fim da divisão bipolar. A Coreia do Norte respondeu ao fim da União Soviética com a decisão de se tornar uma potência nuclear e, em vez de jogar com a cisão sino-soviética, passou a tirar partido das tensões sino-americanas. Em 1994, o Presidente Bill Clinton admitiu responder à estratégia de Kim Il-sung com uma ação preventiva para destruir as instalações nucleares na Coreia do Norte (Goldgeier e Chollet, 2008: 94). A China era contra a transformação da Coreia do Norte numa potência nuclear, cuja consequência seria anular o seu estatuto como a única potência nuclear da Ásia Oriental, mas não podia deixar cair o regime comunista norte-coreano. Nem os Estados Unidos, nem a China, queriam alterar o *status quo* nuclear: a convergência não impediu a crise, mas limitou os riscos de escalada do conflito.

Esse padrão repetiu-se na terceira crise do Estreito da Formosa, em 1995 e 1996 (Suettinger, 2006: 276-286; Lampton, 2001: 46-55; Ross, 2000: 87-123).

Em Taiwan, a resposta ao fim da Guerra Fria foi a democratização gradual do regime de partido único. Em 1995, o Presidente Lee Teng-hui, candidato do *Guomindang* à primeira eleição democrática, estava empenhado em obter o reconhecimento de Taiwan nas Nações Unidas e obteve um visto para visitar os Estados Unidos, que foi autorizado ao mais alto nível. As autoridades chinesas protestaram contra a concessão do visto, que consideravam como uma forma de reconhecimento de Taiwan, e o Presidente Jiang Zemin mandou o Exército Popular de Libertação fazer exercícios de lançamento de mísseis ao largo de Taiwan, numa manobra de intimidação. Em resposta, o Presidente Clinton fez avançar o “Nimitz”, o primeiro porta-aviões norte-americano a atravessar o Estreito de Taiwan desde 1979, ao mesmo tempo que reiterava a posição norte-americana de não-reconhecimento de Taiwan²⁹. Em março de 1996, a China decidiu repetir os exercícios de mísseis na data da primeira eleição presidencial, o que não impediu os eleitores de escolher o Presidente Lee Teng-hui, considerado como um “separatista” por Pequim. En-

29 Em 1998, Clinton reiterou a posição dos Estados Unidos: “*We don’t support independence for Taiwan, or two Chinas, or one Taiwan-one China. And we don’t believe that Taiwan should be a member of any organization for which statehood is a requirement*” (Lampton, 2001: 52).

tretanto, os Estados Unidos faziam avançar dois porta-aviões para a proximidade de Taiwan, embora sem entrar no Estreito, assinalando a sua capacidade de intervenção sem provocar a parte chinesa. Nem a China, nem os Estados Unidos queriam a mudança no *status quo*, o que não impediu a crise, mas limitou os riscos de escalada.

No mesmo sentido, a reivindicação da soberania chinesa sobre o conjunto das ilhas Spratly, igualmente reclamadas, no todo ou em parte, por Taiwan, pela Filipinas, pelo Vietname, pela Malásia e pela Indonésia, e a ocupação do recife Mischief, em 1994, confirmou a sua determinação em fortalecer a sua posição nos mares da China do Sul, depois da tomada das ilhas Paracel, em 1974, e de seis ilhéus das Spratly, em 1988. Mas esses atos unilaterais não se repetiram durante os anos seguintes, em que a China admitiu negociar um “Código de Conduta” com os Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) para limitar os riscos de escalada dos conflitos nos mares da China do Sul (Fravel, 2008: 267-299; Valencia, 1995).

As crises sucessivas não podiam deixar de provocar uma deterioração das relações sino-americanas. Em maio de 1999, a embaixada da China em Belgrado foi atingida durante um bombardeamento aliado, o que, apesar do telefonema de desculpas de Clinton que Jiang Zemin aceitou receber, comprometeu a institucionalização de uma “parceria estratégica construtiva” (Yan, 2012; Wu, 2006: 351-374). Na campanha presidencial seguinte, o candidato republicano considerou a China como um *challenger* dos Estados Unidos e defendeu uma posição de firmeza nas relações sino-americanas. Em abril de 2001, o mandato presidencial de George W. Bush começou com uma nova crise bilateral, quando um avião militar norte-americano colidiu com um avião militar chinês no espaço aéreo da China e foi forçado a aterrar em Hainan, onde a tripulação ficou detida (Blair e Bonfilii, 2006: 377-390).

Porém, os atentados terroristas de “11 de setembro” contra Nova Iorque e Washington impuseram uma mudança nas prioridades norte-americanas e evitaram uma nova Guerra Fria entre os Estados Unidos e a China³⁰ (Roy, 2003: 68; Wang, 2003; Lampton, 2002; Shambaugh, 2003; Medeiros e Fravel, 2003; Gaspar, 2005). No dia seguinte, Jiang Zemin telefonou a Bush para exprimir a sua solidariedade, a China indicou a sua disponibilidade para votar uma resolução do Conselho de Segurança que autorizava os Estados Unidos a intervir no Afeganistão e os dois Presidentes reuniram-se em Crawford, no rancho texano de Bush para selar a normalização das relações sino-americanas. Em 2004, o Secretário de Estado, Colin Powell, escreveu que as relações bilaterais nunca tinham sido tão boas desde 1972 (Powell, 2004: 1).

30 Jin Canrong foi o primeiro analista chinês a defender essa tese.

Três anos depois, Bush esteve ao lado da China contra a proposta do Presidente taiwanês, Chen Shui-bian, para a realização de um *referendum* sobre a independência de Taiwan, denunciada como uma “provocação” pela Secretária de Estado Condoleezza Rice e, em 2008, participou na abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim ao lado do Presidente Hu Jintao (Rice, 2011: 643-649).

Nesse intervalo, os Estados Unidos empenharam-se em assegurar a concertação entre todas as potências para neutralizar a ameaça do terrorismo islâmico. A China pôde obter a classificação dos separatistas islâmicos em Xinjiang como uma organização terrorista pelas autoridades norte-americanas mas, sobretudo, deixou de ser considerada como o inimigo principal dos Estados Unidos e pôde concentrar-se na estratégia de modernização indispensável para a estabilidade interna e para a sua projeção internacional.

Os resultados da reforma e da abertura asseguraram a ressurgência da China como uma grande potência e criaram uma nova confiança dos Chineses no seu futuro (Lampton, 2005: 67-74). A China estabeleceu “parcerias estratégicas” bilaterais com todas as grandes potências, exceto os Estados Unidos, mas incluindo a Rússia e a União Europeia, enquanto normalizava as suas relações com todos os países asiáticos (Medeiros, 2005: 82-89). A China e a Rússia criaram um quadro multilateral de segurança para a Ásia Central, com a institucionalização da Organização de Cooperação de Xangai, excluindo os Estados Unidos. A China substituiu os Estados Unidos como o principal parceiro económico dos países asiáticos, incluindo o Japão e a Coreia do Sul, e tornou-se um fator decisivo no processo de integração da Ásia Oriental. Zheng Bijian (2005) teorizou a nova doutrina: ao contrário dos casos precedentes da Alemanha e do Japão, a “ascensão pacífica” da China no novo século seria um fator de estabilidade internacional e não ia provocar uma “guerra hegemónica” no processo da transição de poder³¹.

Pela sua parte, os Estados Unidos reconheceram estar num momento de transição internacional, depois da crise financeira de setembro de 2008 ter revelado as mudanças na balança do poder económico (Obama, 2010). Nesse momento crucial, a China demonstrou ser um “parceiro responsável”³² na contenção da crise e, logo a seguir, o Presidente Bush decidiu reconhecer esse novo quadro quando substituiu o G7 pelo G20, que se reuniu pela primeira vez ao nível de Chefes de Estado e de Governo em Washington, em novembro. Nessa cimeira, Hu Jintao ficou sentado à direita de George W. Bush e os mais otimistas anunciaram a emergência de um

31 Sobre as dificuldades em integrar o conceito de “Ascensão Pacífica” no léxico oficial, ver Glaser e Medeiros (2007: 291-310).

32 O termo foi cunhado noutra contexto pelo sub-Secretário de Estado Robert Zoellick, um “*responsible stakeholder*” (Zoellick, 2005). O Secretário do Tesouro Hank Paulson confirmou a atitude responsável da China nos momentos cruciais da crise (Paulson, 2010).

G2, um novo condomínio entre as duas principais potências internacionais, que se passaram a reconhecer reciprocamente como tais (Brzezinski, 2009; Kissinger, 2011: 527-530).

Os responsáveis políticos norte-americanos e chineses não aceitaram a fórmula do condomínio, mas a tendência para a bipolarização começou a esboçar-se com a fixação crescente das duas grandes potências na sua competição internacional, num contexto de crescente desconfiança estratégica (Wang e Lieberthal, 2012).

O sentido essencial da estratégia da China tem sido a formação de uma coligação contra a “hegemonia” dos Estados Unidos. A “parceria estratégica” com a Rússia, formalizada desde 1997 em resposta à expansão oriental da Organização do Tratado do Atlântico Norte, foi um passo decisivo que se consolidou com a formação da Organização da Cooperação de Xangai. A oposição às intervenções norte-americanas no Kosovo ou no Iraque, a defesa do Irão e da Coreia do Norte, da Venezuela e de Cuba, ou a institucionalização dos “BRICS”, incluindo grandes potências democráticas como o Brasil e a Índia, confirmaram essa linha geral. As propostas chinesas para a formação de uma Comunidade Asiática (EAC) sem os Estados Unidos e a sua recusa em participar na Parceria Trans-Pacífica (TPP) podem tornar-se uma prova de força crucial para decidir qual dos dois vai ser a principal potência ordenadora da “Grande Ásia”.

A China e a Índia revelaram uma maior capacidade de resposta à crise financeira do que os Estados Unidos e a União Europeia. Na visão chinesa, o declínio do Ocidente é irreversível e a transição de poder, com a deslocação do centro de gravidade da política internacional para o Oriente, passou a ser considerada como inevitável. O século XXI não será um século americano e pode vir a século da “Grande Ásia” e da China, “a força mais vibrante do mundo de hoje” (Qian em Medeiros, 2009: 41-42). Os céticos, que antecipam problemas crescentes para a China em resultado da crise internacional, são minoritários no seu país (Wang, 2012: 134-139). Mais sobriamente, os Estados Unidos recentraram a sua estratégia internacional na Ásia, do Pacífico ao Índico. Em 2011, o *pivot* asiático serviu para declarar o século XXI como o “século americano do Pacífico” (Clinton, 2011), mas a redefinição do dispositivo naval norte-americano começou logo em 2007 (Friedberg, 2011: 102-103), antes da crise financeira e a par do esboço de um “QUAD” asiático, com a concertação entre os Estados Unidos, o Japão, a Índia e a Austrália para garantir a preponderância das democracias no arco marítimo que une o Pacífico e o Índico. No mesmo sentido, os Estados Unidos reconheceram a necessidade de procurar novos aliados e começaram a aproximar-se dos antigos aliados asiáticos da União Soviética, incluindo não só a Índia, com a qual os Estados Unidos concluíram um acordo histórico em 2005, mas também o Vietname e a Mongólia (Luttwak, 2012: 145-186).

De certa maneira, tudo parece preparado para uma confrontação entre os Estados Unidos e a China. Esse cenário parece mais provável do que o regresso da conver-

gência bilateral para garantir a estabilidade internacional e formar um condomínio informal, mas não é inevitável.

É certo que os Estados Unidos e a China têm concepções distintas da ordem internacional. A China nunca reconheceu a preponderância dos Estados Unidos como legítima e quer dirigir uma coligação para contrabalançar a “hegemonia norte-americana”. Os revisionistas chineses antecipam uma nova bipolaridade e defendem uma aliança estratégica com a Rússia, bem como a projeção internacional dos valores chineses (Yan, 2011: 128-133) para opor um modelo alternativo à “hegemonia liberal” dos Estados Unidos. Mas a credibilidade dessa alternativa é demasiado limitada e o consenso interno na China continua a inclinar-se para a reforma das instituições internacionais, onde a China, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem um estatuto e um peso crescentes. Os Estados Unidos, se quiserem evitar que a China se assuma como uma potência revisionista, podem temperar a sua estratégia de “promoção da democracia” e reconhecer que a persistência de uma relativa heterogeneidade política e ideológica não é incompatível com a estabilidade do sistema internacional³³. Paralelamente, nada obsta ao reconhecimento institucional do novo estatuto internacional da China, quer em quadros informais, como o G20, quer nas instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Mundial do Comércio, desde que a nova grande potência se revele um “parceiro responsável”, empenhado em fortalecer o sistema multilateral e as normas internacionais. Nesse quadro, é possível evitar que as concepções distintas dos Estados Unidos e da China sobre a política e a ordem internacional se traduzam numa nova divisão entre potências conservadoras e potências revisionistas no sistema internacional.

Os Estados Unidos e a China têm interesses divergentes, mas essa realidade não implica uma rutura bilateral. A principal potência marítima quer contrabalançar a ascensão da principal potência continental, cuja capacidade estratégica cresceu exponencialmente, e consolidar o equilíbrio entre a China, a Índia e o Japão numa “Grande Ásia”. A estabilidade do novo “triângulo estratégico” pressupõe uma capacidade efetiva dos Estados Unidos para preservar as suas alianças, mas não reclama nem uma rutura sino-americana, nem um alinhamento incondicional com os seus aliados regionais. Os Estados Unidos não tomam partido nas disputas territoriais asiáticas e devem querer ter melhores relações com cada uma das três grandes potências asiáticas do que estas entre si.

Pela sua parte, a China só pode ser uma grande potência internacional se consolidar a sua hegemonia regional e, portanto, quer limitar a presença dos Estados

³³ Parece haver um consenso nesse sentido entre os analistas norte-americanos, incluindo não só os conservadores, como os realistas liberais (Kupchan, 2012; Ikenberry e Deudney, 2012).

Unidos na Ásia. Mas a retirada norte-americana pode significar que o Japão se torne numa potência nuclear, seguindo o exemplo da Índia³⁴. Nesse quadro, a China perde a sua vantagem relativa na balança do poder asiática e a dinâmica de competição estratégica regional pode acentuar-se e criar novas oportunidades de penetração dos Estados Unidos. No mesmo sentido, as demonstrações de força chinesa, que integraram as ilhas Spratly e Senkaku/Diaoyu na definição oficial dos seus “interesses fundamentais” (Swaine, 2011) e querem projetar a sua presença militar nesses territórios, têm servido sobretudo para fortalecer as alianças regionais dos Estados Unidos (Swaine e Fravel, 2011; Glaser, 2013).

É claro que as percepções de ameaça recíproca prevalecem nas relações entre os Estados Unidos e a China, mas nenhuma das partes representa uma ameaça existencial para a outra. Nesse sentido, as relações sino-americanas são fundamentalmente diferentes das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética na Guerra Fria. A preponderância internacional dos Estados Unidos deve poder traduzir-se na sua “paciência estratégica” perante a ascensão de uma potência regional com uma capacidade de projeção política, ideológica e estratégica limitada (Beckley, 2011: 41-78), cuja ascensão justifica uma estratégia de equilíbrio mas não uma estratégia de contenção, que visa a destruição do adversário (Wright, 2012).

A obsessão chinesa com a estratégia ocidental de “evolução pacífica” é excessiva e deve poder diminuir com uma maior confiança das elites políticas chinesas em si mesmas. Os dirigentes chineses têm todos os meios necessários para poder reconhecer que a tendência para um retraimento estratégico é dominante nos Estados Unidos, o que torna mais necessária a procura de uma linha de compromisso: na fórmula de Barack Obama, durante a última campanha presidencial, a China tanto pode ser um adversário, como um parceiro dos Estados Unidos e, em boa medida a escolha está nas mãos do novo Secretário-Geral Xi Jinping e da “Quinta Geração” que assumiu o poder no último Congresso do PCC, em novembro de 2013.

Não há uma decisão fechada sobre o sentido final das relações sino-americanas, nem em Washington, nem em Pequim, onde todos reconhecem que a estabilidade internacional é inseparável da evolução das relações entre os Estados Unidos e a China. A experiência acumulada pelas duas diplomacias nos ciclos sucessivos de guerra e paz, de divisão e de aliança, de conflito e de cooperação não garante que a moderação e a racionalidade prevaleçam, mas pode diminuir os riscos de escalada e de rutura inerentes a uma lógica de bipolarização prematura.

³⁴ George W. Bush referiu esse cenário nas suas conversas com os dirigentes chineses (Bush, 2010).

Referências

- Acheson, Dean (1969). *Present at the Creation*. London: Hamish Hamilton.
- Barnett, Doak (1960). *Communist China and Asia*. New York: Harper.
- Beckley, Michael (2011). "China's Century: Why America's Edge Will Endure". *International Security* n.º 4, pp. 41-78.
- Bell, Coral (1977). *Diplomacy of Détente*. New York: St. Martin's Press.
- Beloff, Max (1953). *Soviet Foreign Policy in the Far East*. London : Oxford University Press.
- Blair, Dennis e David Bonfili (2006). "The April 2001 EP-3 Incident: The U.S. Point of View" em Michael Swaine e Zhang Tuosheng (eds), *Managing Sino-Soviet Crises*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 377-390.
- Brzezinski, Zbigniew (1983). *Power and Principle*. New York: Farrar, Strauss and Giroux.
- Brzezinski, Zbigniew (2009). "Moving Towards a Reconciliation of Civilizations". *China Daily*, 15 de janeiro.
- Burr, William (ed) (1999). *The Kissinger Transcripts: The Top Secret Talks with Beijing and Moscow*. New York: Free Press.
- Burr, William e Jeffrey Richelson (2001). "Whether to 'Strangle the Baby in the Cradle'". *International Security* n.º 2, pp. 54-99.
- Burr, William (ed) (2001). *The Sino-Soviet Border Conflict, 1969: U.S. Reactions and Diplomatic Maneuvers*. Washington: National Security Archives.
- Bush, George e Brent Scowcroft (1998). *A World Transformed*. New York: Alfred Knopf.
- Bush, George W. (2010). *Decision Points*. St. Ives: Virgin Books.
- Chen Jian (1994). *China's Road to the Korean War*. New York: Columbia University Press.
- Chen Jian e David Wilson (1999). "All Under Heaven is Great Chaos : Beijing, the Sino-Soviet Border Clashes, and the Turn Toward Sino-American Rapprochement". *CWIHP Bulletin* n.º 11, pp. 155-175.
- Chen Jian (2001). *Mao's China and the Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Clinton, Hillary (2011). "America's Pacific Century". *Foreign Policy*. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century
- Deng Xiaoping (1974) "Speech of Teng Hsiao-ping, Chairman of the Delegation of the People's Republic of China". *Peking Review*, 12 de abril.
- Deng Xiaoping (1993). "On the Peaceful Reunification of China's Mainland and Taiwan" (Tradução da conversa com o Professor Yang Liyu em 26 de Junho de 1983). *Selected Works*. Beijing: People's Publishing House.
- Dulles, John Foster (1957). "Our Policies toward Communism in China". *State Department Bulletin* n.º 37, 15 de julho.

- Federenko, Nikolai (1989). "The Stalin-Mao Summit in Moscow". *Far Eastern Affairs* n.º 2, pp. 134-148.
- Federenko, Nikolai (1999). "The Mao-Stalin Meetings, December 1949-February 1950" em Christian Ostermann (ed), *Stalin and the Cold War (1945-1953)*. Washington: Cold War International History Project, Woodrow Wilson Center Press, pp. 477-479.
- Fejto, François (1972). *Chine-URSS: De l'Alliance au Conflit (1950-1972)*. Paris: Le Seuil.
- Finkelstein, David (1993). *Washington's Taiwan Dilemma (1949-1950): From Abandonment to Salvation*. Fairfax: George Mason University Press.
- Fravel, M. Taylor (2008). *Strong Borders, Secure Nation*. New Jersey: Princeton University Press.
- Friedberg, Aaron (2011). *A Contest for Supremacy: China, America and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: Norton.
- Fursenko, Aleksandr e Timothy Naftali (2006). *Khrushchev's Cold War*. New York: W.W. Norton.
- Gao Wenqian (2007). *Zhou Enlai: The Last Perfect Revolutionary*. New York: Public Affairs.
- Garthoff, Raymond (1985). *Détente and Confrontation*. Washington: The Brookings Institution.
- Garver, John (1982). *China's Decision for Rapprochement with the United States (1968-1972)*. Boulder: Westview Press.
- Garver, John (2001). *Protracted Contest*. Seattle: University of Washington Press.
- Gaspar, Carlos (2005). "La Nueva Diplomacia China despues el 11-S" em Xulio Rios (ed), *Politica Exterior de China*. Barcelona: Bellaterra, pp. 45-72.
- Glaser, Bonnie e Evan Medeiros (2007). "The Ecology of Foreign Policy Decision-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of Peaceful Rise". *The China Quarterly* n.º 190.
- Glaser, Bonnie (2013). "Armed Clash in the South China Sea". *Council on Foreign Relations Contingency Planning Memorandum* n.º 14.
- Goldgeier, James e Derek Chollet (2008). *American between the Wars*. New York: Public Affairs.
- Goncharev, Sergei, John Lewis e Xue Litai (1993). *Uncertain Partners: Stalin, Mao, and the Korean War*. Stanford: Stanford University Press.
- Haig, Alexander (1984). *Caveat*. New York: Macmillan.
- Haldeman, H. R. (1978). *The Ends of Power*. New York: Times Books.
- Harding, Harry (1992). *A Fragile Relationship: The United States and China since 1972*. Washington: The Brookings Institution.
- Haslam, Jonathan (2011). *Russia's Cold War*. New Haven: Yale University Press.
- Engel, Jeffrey (2008). *The China Diary of George H. W. Bush*. New Jersey: Princeton University Press.

- Hoopes, Townsend (1973). *The Devil and John Foster Dulles*. Boston: Little & Brown.
- Hsieh, Alice Langley (1962). *Communist China's Strategy in the Nuclear Era*. Santa Monica: RAND.
- Hu Yaobang (1982). "Create a New Situation in All Fields of Socialist Modernization". *Beijing Review*, 13 de setembro.
- Ikenberry, G. John e Daniel Deudney (2012). *Democratic Internationalism: An American Grand Strategy for a Post-Exceptionalist Era*. New York: Council on Foreign Relations.
- Joyaux, François (1988). *La Nouvelle Question d'Extrême Orient: L'ère du Conflit Sino-Soviétique (1959-1978)*. Paris: Payot.
- Kaufman, Robert (2000). *Henry M. Jackson: A Life in Politics*. Seattle: Washington University Press.
- Kissinger, Henry (1979). *The White House Years*. New York: Little & Brown.
- Kissinger, Henry (2011). *On China*. London: Allen Lane.
- Kupchan, Charles (2012). *No One's World*. New York: Oxford University Press.
- Lampton, David (2001). *Same Bed, Different Dreams*. Berkeley: University of California Press.
- Lampton, David Richard Ewing (2002). *U.S.-China Relations in a Post-11 September World*. Washington: Nixon Center.
- Lampton, David (2005). "Paradigm Lost: The Demise of Weak China". *National Interest*.
- Li Zhisui (1994). *The Private Life of Chairman Mao*. New York: Random House.
- Lilley, James (2004). *China Hands*. New York: Public Affairs.
- Lowenthal, Richard (1964). *World Communism: The Disintegration of a Secular Faith*. Oxford: Oxford University Press.
- Luthi, Lorenz (2008). *The Sino-Soviet Split*. Princeton: Princeton University Press.
- Luttwak, Edward, (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Mansourov, Alexandre (1996). "Stalin, Mao, Kim and China's Decision to Enter the Korean War". *CWIHP Bulletin* n.º 9, pp. 94-107.
- Maxwell, Neville (1970). *India's China War*. London: Jonathan Cape.
- Medeiros, Evan e M. Taylor Fravel (2003). "China's New Diplomacy". *Foreign Affairs* 82, n.º 6.
- Nathan, Andrew e Bruce Giley (eds) (2003). *China's New Rulers*. London: Granta.
- Medeiros, Evan (2009). *China's International Behavior*. Santa Monica: RAND.
- Nixon, Richard (1967). "Asia after Vietnam". *Foreign Affairs* n.º 46, pp. 122-123.
- Nixon, Richard (1978). *RN The Memoirs of Richard Nixon*. New York: Grosset & Dunlap.

- Obama, Barack (2010). *National Security Strategy*. Washington: The White House.
- Pantsov, Alexander e Steven Levine (2012). *Mao: The Real Story*. New York: Simon & Schuster.
- Paulson, Hank (2010). *On the Brink*. New York: Hachette.
- Pillsbury, Michael (2000). *China Debates the Future Security Environment*. Washington: National Defense University Press.
- Pollack, Jonathan (1984). "China and the Global Strategic Balance" em Harry Harding (ed), *China's Foreign Relations in the 1980's*. New Haven: Yale University Press, pp. 146-176.
- Pollack, Jonathan (2002). "China Security on the post-11 September World". *Asia-Pacific Review* 9, n.º 2, pp. 12-30.
- Powell, Colin (2004). "A Strategy of Partnerships". *Foreign Affairs* n.º 1.
- Qian Qichen (2005). *Ten Episodes in China's Diplomacy*. New York: Harper Collins.
- Radchenko, Sergei (2010). "The Sino-Soviet Split" em Melvyn Leffler e Odd Arne Westad (eds), *Crisis and Détente: The Cambridge History of the Cold War II*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 349-371.
- Rice, Condoleezza (2011). *No Higher Honour*. New York: Simon & Schuster.
- Robinson, Thomas (1981). "The Sino-Soviet Border Conflict" em Stephen Kaplan (ed). *Diplomacy of Power*. Washington: The Brookings Institution, pp. 265-313.
- Ross, Robert (2000). "The 1995-1996 Taiwan Confrontation: Coercion, Credibility and the Use of Force". *International Security* n.º 2, pp. 87-123.
- Roy, Denny (2003). "China's Reaction to American Predominance". *Survival* n.º3.
- Sarotte, Mary-Elise (2012). "China's Fear of Contagion: Tiananmen Square and the Power of the European Example". *International Security* n.º 2: pp. 156-182.
- Segal, Gerald (1982). *The Great Power Triangle*. New York: St. Martin's Press.
- Shambaugh, David (2003). "Sino-American Relations Since September 11: Can Stability Last?" *Current History* n.º 101.
- Shevchenko, Arkady (1985). *Breaking with Moscow*. New York: Alfred Knopf.
- Shen Zhihua e Li Danhui (2011). *After Leaning to One Side: China and its Allies in the Cold War*. Washington: Cold War International History Project, Woodrow Wilson Center Press. Stanford University Press.
- Shu Zhe (1989). "I Accompanied President Mao". *Far Eastern Affairs* n.º 2, pp. 125-133.
- Solomon, Richard (1981). "The China Factor in America's Foreign Relations" em Richard Solomon (ed), *The China Factor*. New Jersey: Prentice-Hall, pp. 1-46.
- Suettinger, Robert (2006). "U.S. "Management" of Three Taiwan Straits Crisis" em Michael Swaine e Zhang Tuosheng (eds), *Managing Sino-Soviet Crises*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 187-188.

- Swaine, Michael (2011). "China's Assertive Behavior I: The 'Core Interests'". *China Leadership Monitor* n.º 34.
- Swaine, Michael e M. Taylor Fravel (2011). "China's Assertive Behavior II: The Maritime Periphery". *China Leadership Monitor* n.º 35.
- Tatu, Michel (1972). *Le Triangle Washington-Moscou-Pékin*. Paris: Casterman.
- Valencia, Mark (1995). *China and the South China Seas Dispute*. London: IISS Adelphi Paper.
- Vogel, Ezra (2011). *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge: Harvard University Press.
- Yan Kuisong (2000). "The Sino-Soviet Border Clash of 1969: From Zhenbao Island to Sino-American Rapprochement". *Cold War History* n.º 1, pp. 21-52.
- Yan Xuetong (2011). "The Instability of China-US Relations". *Chinese Journal of International Affairs* n.º 3, pp. 263-292.
- Yan Xuetong (2011). "The Weakening of the Unipolar Configuration" em Mark Leonard (ed), *China 3.0*. London: ECFR, pp. 128-133.
- Yan Xuetong (2012). "Why China Diplomacy Also Needs the Concept of Reform". *China Pai*, 19 de Maio.
- Ye Jianying (1981). "Principles and Policies on Taiwan's Return to the Motherland and Peaceful Reunification" (Tradução da "Declaração em Nove Pontos" do Marechal Ye Jianying). *Renmin Ribao*, 30 de setembro) em *Chinese Law and Government* 35, n.º 3, pp. 25-27.
- Wang Jisi (2003). *New Elements in China-US Strategic Relations*. Santa Monica: RAND.
- Wang Jisi e Kenneth Lieberthal (2012). *Addressing U.S. China Distrust*. Washington: Brookings Institution.
- Wang Jisi (2012). "China's Grim International Environment" em Mark Leonard (ed), *China 3.0*. London: ECFR, pp. 134-139.
- Weathersby, Kathryn (1995). "To Attack or Not to Attack? Stalin, Kim Il-sung and the Prelude to War". *CWIHP Bulletin* n.º 5.
- Westad, Odd Arne (1997). "Fighting for Friendship. Mao, Stalin and the Sino-Soviet Treaty of 1950". *CWIHP Bulletin* 8-9, pp. 224-236.
- Westad, Odd Arne (ed) (1998). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance (1945-1963)*. Stanford: Stanford University Press.
- Westad, Odd Arne (2012). *Restless Empire*. London: Bodley Head.
- Whiting, Allen (1960). *China Crosses the Yalu*. Stanford: Stanford University Press.
- Whiting, Allen (1969). *Sino-Soviet Hostilities and Implications for U.S. Policy*. Ms de 16 de agosto.
- Wich, David (1980). *Sino-Soviet Crisis Politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Wilson, John e Xue Litai (1988). *China Builds the Bomb*. Stanford: Stanford University Press.

- Wilson, John e Xue Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press.
- Wu Baiyi (2006). "Chinese Crisis Management during the 1999 Embassy Bombing Incident" em Michael Swaine e Zhang Tuosheng (eds), *Managing Sino-Soviet Crises*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 351-374.
- Zagoria, Donald (1962). *The Sino-Soviet Conflict (1956-1961)*. Princeton: Princeton University Press.
- Zhang Baijia (2006). "China's Role in the Korean and Vietnam Wars" em Michael Swaine e Zhang Tuosheng (eds), *Managing Sino-Soviet Crises*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 187-188.
- Zheng Bijian (2005). *China's Peaceful Rise*. Washington: Brookings Institution.
- Zoellick, Robert (2005). "Whither China: From Membership to Responsibility?". Remarks to the National Committee on U.S.-China Relations, New York, 21 de setembro.